

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte

*O Estado de São Paulo*

Class.:

*AM-Madeira*

Data

*18.03.79*

Pg.:

*63*

### Extração de madeiras é predatória

A extração de madeira na Amazônia ainda é feita apenas durante um semestre, porque os trabalhadores que fazem a extração não entram na floresta durante o inverno, de pesadas chuvas. A continuidade do suprimento torna-se, assim, problemática, com estragos à madeira estocada no pátio das serrarias, ao ar livre. Os cortes praticados pelos extratores, defeituosos, causam muitas perdas (em média, 60% do que uma árvore poderia oferecer). E algumas espécies, derrubadas intensamente, vão raramente.

Árvores como o cedro, mogno e freijó, que eram exploradas no Tapajós, hoje são raras. Até o final da década de 60, as serrarias não se interessavam por guaruba, atualmente madeira nobre. A jarana, usada como cerca de currais, tornou-se madeira-de-lei. O mesmo aconteceu com a massaranduba. Além de predatória, a exploração reduzia-se apenas às espécies de comercialização certa, desinteressando-se pelas demais, algumas de qualidade igual ou superior às espécies de aceitação garantida nos mercados internacionais ou locais.

"Toneladas de cascas de árvore são jogadas fora pelas serrarias como lixo, num desperdício de proporções incalculáveis", diz Hoderlei, observando que está-se instalando em Alenquer, uma empresa que vai usar exclusivamente a casca da madeira para produzir acabados e semi-acabados, como cabos de martelo e de formão. "E já existe comprador certo no Exterior para toda a produção".

A racionalização não se-

ria exatamente uma resposta às exigências ecológicas, mas uma necessidade industrial: só substituindo os procedimentos atuais, que geram desperdícios e são responsáveis por uma baixa produtividade, as indústrias madeireiras de grande porte terão condições de competir no mercado internacional, substituindo fornecedores tradicionais. Esse interesse explica acontecimentos inéditos em matéria de pesquisa florestal: as do Tapajós são realizadas sistematicamente há quatro anos, e mesmo a extinção do Prodepef no ano passado e o fim do Polamazônia (principal fonte de recursos financeiros) este ano, não comprometem a continuidade dos estudos.

Alguns resultados dessas pesquisas já podem ter uma imediata utilização industrial. Técnicos da Prodepef e da FAO estudaram, pela primeira vez na Amazônia, através de métodos racionais e previamente planejados, a viabilidade econômica de utilizar a exploração mecanizada no abate e transporte de madeiras das florestas tropicais de terra firme, em 100 hectares, conseguindo manter a extração no inverno. Os técnicos chegaram à conclusão de que é possível mecanizar a exploração florestal, a um custo operacional viável economicamente, sem impedimentos técnicos. Antes de iniciar a extração, foi realizado um inventário da área e elaborado um mapa de exploração, além da abertura de estradas permanentes e temporárias e emprego de máquinas pesadas. Cada metro cúbico de madeira colocada em Santarém, saiu, em mé-

dia, por 140 cruzeiros, incluídos todos os gastos indiretos.

A experiência está praticamente sendo repetida, em maior escala, na Floresta Nacional do Tapajós, onde 160 mil hectares — dos 600 mil que a reserva possui — foram selecionados e inventariados, entre o rio Tapajós e a estrada Santarém-Cuiabá. Primeiro, os técnicos iniciaram ensaios de competição com 72 espécies, nativas e exóticas, para verificar o crescimento de cada uma delas. Foram, então, selecionadas as árvores que tiveram crescimento mais rápido e forma melhor, a fim de serem submetidas a testes de comprovação. Algumas espécies, como a quaruba, já estão passando da fase de seleção para a de rendimento, quando será verificada sua capacidade industrial.

Em janeiro, foi iniciado o desmatamento e corte seletivo de árvores. Um trator florestal "Skidder", de 160 HP, capaz de arrastar 160 metros cúbicos de madeira por dia, ou até 30 árvores, está operando, apesar do inverno, após as derrubadas com motosserras. A árvore, já no chão, é numerada e, de dois em dois centímetros, extrai-se a espessura da casca e seu diâmetro. Um dos técnicos, que está preparando sua tese de pós-graduação, dimensiona, então, os estragos que cada árvore causa sobre as árvores menores ao cair. Os técnicos computam a perda que houve (em princípio, 40%), e verificam a forma de evitar essa destruição. E a tora é levada para processamento na serraria que a Sudam possui nas proximidades.

Ao mesmo tempo, é estudado o tratamento a ser dado para a recomposição da floresta que está sendo explorada. Só com o aprofundamento da experiência é que os técnicos poderão se decidir pelo adensamento das espécies de maior valor comercial, plantando-as no lugar da enorme diversidade de espécies,

ou pela regeneração natural, conduzida, observando o interesse comercial e as exigências ecológicas.

Por enquanto, ainda não é possível definir qual a melhor técnica de manejo, mas, em alguns anos, com a continuidade das pesquisas, Permínio Pascoal acha que já pode ser possível dispor das informações básicas. Por isso, ele não acredita que o governo decida pôr em execução os contratos de arrendamento florestal, "antes de ter as respostas necessárias das pesquisas que o próprio governo está financiando".

Como os demais técnicos, ele procura dissociar os experimentos que estão sendo feitos no Tapajós, de qualquer plano comercial.

"A necessidade dessas pesquisas é óbvia. A árvore, quando atinge idade, precisa ser explorada, se não envelhece e deixa de ter utilidade. Nós encontramos muitas árvores altas e grossas no meio das florestas que estão inteiramente ocas, imprestáveis. Quando chegam à maturidade, elas precisam ser derrubadas, não só para produzir riquezas para o homem, mas para manterem o ciclo ecológico: uma árvore nova produz mais oxigênio que uma velha", diz ele. O problema consiste apenas em definir métodos que ofereçam qualquer aproveitamento integral à árvore adulta e permitam que a mais nova cresça e regenere a floresta original, como ocorreu naturalmente sem qualquer plano, em Belterra.

Mas isso ainda é raro na Amazônia. E para que a situação seja modificada, seria preciso que a intenção de dar uso econômico à floresta não fosse imediatamente executada, aguardando pelos resultados de pesquisas como as que se realizam no Tapajós. Essa, no entanto, é uma garantia que os técnicos não podem dar, mesmo porque confessam desconhecer, inteiramente, os projetos econômicos do mesmo governo que financia os seus estudos.